

Nelson Rego e Salete Kozel
Organizadores
Ana Francisca Azevedo
Colaboradora

NARRATIVAS GEOGRAFIAS & CARTOGRAFIAS

para viver, é preciso espaço e tempo

Volume I



Nelson Rego e Salete Kozel
Organizadores
Ana Francisca Azevedo
Colaboradora

NARRATIVAS GEOGRAFIAS & CARTOGRAFIAS

para viver, é preciso espaço e tempo

Volume I

2020

Editoras



ISBN E-book: 978-85-94121-07-3

1ª Edição - 2020

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, sem autorização expressa dos autores ou da editora. A violação importará nas providências judiciais previstas no artigo 102, da Lei nº 9.610/1998, sem prejuízo da responsabilidade criminal. Os textos deste livro são de responsabilidade de seus autores.

Editora Compasso Lugar-Cultura

Responsável André Suertegaray Rossato

Porto Alegre - RS - Brasil

Telefones (51) 984269928

compassolugarcultura@gmail.com

www.compassolugarcultura.com

Editora IGEO - UFRGS

Editores

Cristiano Quaresma de Paula

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Capa

Cristiano Quaresma de Paula

Pintura "Parque de Diversões", de Djanira Motta e Silva (1948, óleo sobre tela, 60 x 73 cm, acervo do Museu de Arte de Santa Catarina, foto: Márcio Martins).

Conselho Editorial

Álvaro Heidrich

Carlos Henrique Aigner

Cláudia Luíza Zeferino Pires

Dakir Larara Machado da Silva

Dilermando Cattaneo da Silveira

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Helena Copetti Callai

Jaeme Luiz Callai

João Osvaldo Rodrigues Nunes

Laurindo Antonio Guasselli

Maíra Suertegaray Rossato

Nelson Rego

Roberto Verdum

Rosa Maria Vieira Medeiros

Sinthia Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N234

v.1-2

Narrativas, Geografias e Cartografias: para viver é preciso espaço e tempo /

Nelson Rego, Salete Kozel, organizadores; Ana Francisca Azevedo, colaborador – [IGEO, Departamento de Geociências da UFRGS]. Porto Alegre : Compasso Lugar-Cultura, 2020.

v. 1 : 1-666p.

ISBN 978-85-94121-07-3

1. Geografia Humana. 2. Coletâneas de textos. I. Título II. Rego, Nelson (org.). III. Kozel, Salete (org.). IV. Azevedo, Ana Francisca (colab.).

CDU 911.3

CDD 304.2

Lugar em Cartão Postal, Lembrança
de Espaço Vivido

Raí Nunes dos Santos
Álvaro Luiz Heidrich
Luciane Ribeiro Soares

Introdução: sobre cartografia, representação e o traçado desta ideia

A cartografia a qual se reporta este texto coloca-se em dois planos: o objetivo, mais ligado a sua formulação clássica ou tradicional, utilizada predominantemente para representar os aspectos funcionais do espaço geográfico; e o plano das possibilidades de marcação da vida dos grupos em seus espaços de vida. Tais planos aparecem assim separados justamente por se tratarem de representação, quer dizer, podem ser movidos conforme o desejo, a intenção e a necessidade. A princípio não parece ser um problema esse fato, de que os mapas¹ possam representar aspectos pela escolha de quem o elabora. Porém, em função de as representações – assim, como os mapas – constituírem domínios de fala, ideias que se projetam e se difundem socialmente, tendem a sobrepor-se umas sobre as outras. Além do papel de descrever e retratar algo, por ela se estabelece a relação entre objetos, fatos e significados aos mesmos atribuídos.

Por isso, de um fazer que a princípio parece essencialmente técnico, trata-se de uma prática de linguagem, que envolve contextos de cultura (HALL, 2016; JOVCHELOVITCH, 2008). Desse modo, assim como veremos mais adiante, o terreno pode ser simplesmente chão e possibilidade de fixação de um pilar, como também pode ser lugar, um espaço de convívio. Do modo como estamos vendo, o mapa pode ser mais do que a representação, um instrumento para ativar o espaço, de apontar o estabelecimento de uma função nova ou assegurar uma já existente.

Um dos instrumentos de dominação do espaço consiste na produção e difusão de cartografias. Normalmente constituem instrumento de controle e enunciação sobre a porção de espaço sobre a qual se expressam ideias. A partir de linhas, pontos e polígonos tais representações dão a ideia de delimitação e fixidez ao

1. Mapa neste texto tem sentido amplo e não apenas técnico. Refere-se a qualquer representação gráfica ou imaginada sobre qualquer geografia.

espaço. A cartografia é, então, a representação de um momento daquela realidade, e do que nela está representado. Revela as intencionalidades de quem a concebe, mediante a escolha dos elementos a serem grafados e da evidência adotada aos aspectos escolhidos.

Assim, a cartografia configura-se na prática de fazer o espaço representado, ou seja, de expressar a imagem do espaço visto/vivido. Uma cartografia pode legitimar ou refutar ações, sendo a sua produção e posse um importante referencial de reivindicação territorial de estratégias individuais e coletivas. Pois, obter informações e organizar estratégias de controle ou conquista sobre o que se distribui espacialmente, onde um determinado bem será alocado, facilitando-se ou restringindo-se o acesso são elementos fundamentais do convívio humano e essência das práticas territoriais.

Com base nesse referencial, neste texto fazemos o relato de uma experiência que tivemos com duas localidades e suas comunidades: Ilha Grande dos Marinheiros e Vilas Tio Zeca e Areia, ambas em processo de desalojamento e risco de desaparecimento. As mesmas são afetadas diretamente pelas obras da segunda travessia do Guaíba, no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Frente a essa remoção e modificação do modo de vida das comunidades a partir de uma obra de infraestrutura, uma das medidas tomadas para preservação da memória e identidade dos moradores, foi a elaboração de uma cartografia de referência comunitária para conferir à comunidade a posse de sua própria representação. Nos tópicos seguintes, abordamos (I) alguns aspectos a respeito das relações entre as populações e seus espaços de vida, (II) visões antagônicas sobre os espaços envolvidos, (III) a cartografia co-construída.

Entre populações e seus lugares

O importante a considerar no tema que estamos lidando é a relação das pessoas, o grupo do qual fazem parte e os lugares de vida

em comum. São, igualmente aos fatos objetivos normalmente vistos por mapas, conjuntos, fatos e vivências possíveis de serem vistos e lembrados. O lugar, o espaço de vida entrelaçada, implica o viver com os outros e, com grande importância o que se tornou vivido (OLIVEIRA, 2012; RELPH, 1976), que produziu memória e mesclou os sujeitos aos fatos e aos objetos ali utilizados, trabalhados, ressignificados. Essa noção parece necessária para se diferenciar das situações, tanto em termos de espaço como de território, que dizem respeito a funcionalidades, espaços ou territórios de gestão que projetam singularidades na escala do lugar, mas não abarcam a vida inteira dos sujeitos envolvidos. Que se referem muito mais a um espaço abstrato, como concebeu Henri Lefebvre (2013).

Em termos técnicos e científicos formais uma população é vista tradicionalmente por suas qualidades estatísticas e representacionais para as sociedades nacionais². Não é mais do que um conjunto de habitantes de uma unidade espacial e que a partir do Século XVI passa a ser um aspecto fundamental levado em consideração para se conseguir governar efetivamente de modo racional e planejado certo território (FOUCAULT, 1979). Por contraste, comunidades locais ou populações tradicionais compõem conjuntos sociais coesos, organicamente vinculados a um espaço de vida bastante singular e possivelmente associados a uma reprodução social simples, quer dizer, uma reprodução do grupo e da pessoa com uma finalidade de se manterem assim mesmo como elas já são. Pode-se, evidentemente, encontrar muitas variações, mas em comum há um aspecto bastante recorrente entre elas, de dependerem do meio em que vivem e se interessarem em mantê-lo e recuperá-lo (CUNHA; ALMEIDA, 2000).

Por isso, como Carlos Rodrigues Brandão e Alessandra Leal (2012, p. 74) indagam, essas comunidades e populações deveriam ser consultadas para sabermos delas mesmas sobre

2. Para Pierre George “[o] número chave para as ciências humanas é aquele que exprime em escala planetária, ou em escala regional e local, o efetivo populacional”, em termos de sua vinculação à produção ou ao consumo, ou em termos de força de trabalho (1969, p. 67).

seus saberes [de si mesmas], seus imaginários, suas memórias? Por que não deixarmos também a eles o trabalho de traduzirem para eles e para nós aquilo que acreditam ser o lugar onde vivem, o território em que habitam, o modo de vida que constituem, a experiência de cultura que criam e em que se enredam, com variados graus de autonomia?

Também deveríamos aceitar que os mapas das suas vidas e de seus lugares sejam por elas concebidos, com os conteúdos que para elas fazem sentido.

Em oposição ao quantitativo e funcional tais grupos precisam ganhar o mapa para que possam expor suas origens e revelar a relação estreita que mantêm com seus lugares. Para os mesmos autores (ibidem) a formação do lugar envolve a sua apropriação, a comunidade a formação de uma tessitura de reciprocidades internas, teias de vizinhança e que seus sujeitos são portadores de memórias próprias. Os grupos, indivíduos e coletividades capazes de fazer isso, que investem no espaço (e seus lugares) dão a ele a feição de território, à medida que o tornam próprio, que mantêm uma relação privilegiada com ele, que tanto pode ser de designação, como apropriação ou qualificação (DI MEO; BULEÓN, 2007), no lugar de apenas fazerem uso e reproduzirem-no.

Deste modo, esses espaços (o lugar territorializado) não são simplesmente área ocupada ou em uso, pois a territorialidade que se elabora ali, viabiliza equivalentemente a apropriação da condução da vida (HELLER, 1970). Populações e seus lugares próprios podem ser reconhecidos pela associação entre a geografia material, as práticas espaciais ali realizadas e os imaginários ligados à constituição de um espaço próprio.

Os espaços das cartografias

a) Uma ponte sobre os lugares

A área de assentamento das comunidades envolvidas posiciona-se na trajetória projetada para a construção de uma travessia alternativa, chamada de Nova Ponte do Guaíba. Este novo ramal da

travessia parte desde o trecho original, junto à Ilha das Flores, atravessa o Saco da Alemoa e a partir da Ilha Grande dos Marinheiros, ponto no qual inicia sua derivação, atravessa outros três canais do Delta do Jacuí – o canal Furado Grande, o Saco do Cabral e o Canal do Furadinho – entre as ilhas do Pavão e Humaitá; terminando em anel de acesso junto à Rodovia Marechal Osório e Bairro Farrapos. Em seu início e término é que se sobrepõe, respectivamente, o projeto rodoviário aos assentamentos populacionais da Ilha Grande dos Marinheiros e das vilas Tio Zeca e Areia (Figura 1).

A obra impacta nas vidas destas populações, assim como afeta o ambiente do Parque Estadual Delta do Jacuí, uma unidade de conservação ambiental. As famílias foram cadastradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) ainda em 2014, totalizando a necessidade de unidades habitacionais, sendo 573 para os moradores da Ilha Grande dos Marinheiros e para as vilas Tio Zeca e Areia. Porém, ainda em 2020 esse processo não se concluiu, bem como não se tem viabilizado o reassentamento em local próximo da reprodução da vida desses moradores, bastante em função de repasses exíguos.

Enquanto esse processo não se consolida o DNIT tem encaminhado negociações junto aos moradores a fim de viabilizar reassentamento por meio de indenizações e da aquisição assistida de nova moradia no valor entre R\$ 100 e 150 mil. A demora entre o estabelecimento da mudança e a incerteza sobre seus destinos enquanto as obras avançam e os pilares se avolumam, vão causando entre os moradores o sentimento de destituição, como um autêntico desmantelamento.

Figura 1 - Carta imagem com a proposta da nova Ponte do Guaíba



Fonte: DNIT (2017); Soares (2018).

O processo de desmantelamento³ se completa pelos eventos que se sucedem: as relações com o lugar e entre vizinhos vão sendo alterados, a vida econômica vai se debilitando, no papel e nas notícias os mapas vão ganhando a imagem da grandiosa obra de construção civil, um novo acesso para dinamizar a entrada e a saída da cidade. Contudo, o que ganha expressão em termos hegemônicos não é propriamente a vida alterada das pessoas simples que ajeitaram o lugar de levar a vida. O que ganha relevo é a mudança estrutural.

Essas mudanças estruturais, uma nova ponte, uma grande obra de infraestrutura, foram muito celebradas e enunciadas pela mídia e, conseqüentemente, gerando uma opinião favorável. Nesse sentido, em outros estudos realizados (SANTOS, 2016; SANTOS, 2019), identificou-se o papel dos discursos e a influência deles sobre comunidades em processo de desmantelamento. No caso presente

3. Trata-se de processo de mesma natureza, tal qual descreveu Isabel Henriques (2003) para demonstrar o que ocorreu pelas mudanças introduzidas pela colonização portuguesa em Angola, destituindo os marcadores territoriais existentes por equipamentos, entrepostos, atividades econômicas e demarcações modernas auxiliadas pela cartografia introduzida.

ficou clara a intenção em passar a imagem de que o empreendimento é um ganho de todos, inclusive daqueles que devem sair do seu local de moradia, que têm suas relações de vizinha fragmentadas e que veem o seu território se modificar drasticamente.

Henri Acselrad (2009) chama atenção para o risco corrente no campo da produção e representação de ideias quando apenas as posições dominantes do espaço social obtêm possibilidade para a difusão de informações. Os discursos de uma produção e transformação do espaço urbano a partir do Estado são hegemônicos e ganham legitimidade pela veiculação massiva junto aos meios de comunicação. Essa mesma massificação discursiva, midiática, direciona-se para uma suposta opinião pública, enquanto as vozes dos atores locais são silenciadas e as comunidades e seus lugares invisibilizados. Reproduz-se assim por meio da representação do espaço um processo de ruptura dos moradores com o seu espaço de moradia, com as suas territorialidades e relações sociais.

b) *Cartografias de ocupação*

Ambas estas comunidades são fruto de uma significativa busca. A busca da cidade por pessoas vindas a maior parte de distâncias sociais em relação ao que ela (a cidade) exige. Essas distâncias se combinam com suas feições geométricas, para não reduzirmos o geográfico a isto. E a cidade, o que ela é em essência neste contexto? Ela significa mercado, oportunidade econômica, conquista de direitos, centralidade e concentração de recursos e acessibilidade a eles (HEIDRICH, 2011). São atributos próprios da cidade, que a princípio ela oferece, mas que, todavia, não facilita a todos usufruir de tais benefícios se não houver a intermediação dos que dela tem suas partes em propriedade, negando-a como direito (LEFEBVRE, 2008). E, em não se podendo tê-la por meio de um mercado de terras e aluguel, é nos locais com carência de recursos, mais afastados de seus benefícios e amenidades, que os atuais moradores daquelas comunidades a tomam em ocupação. Seus locais de moradia não são simplesmente isto mesmo, pois vão aos poucos adquirindo um

conjunto de significados que ao mesmo tempo constitui aqueles espaços como lugar e como cidade.

Fizeram-se essas ocupações a partir de vazios propriamente urbanos, em maior parte terrenos de instituições públicas (MORAES, 1999) e sem incremento de infraestrutura e não portadoras de meios de consumo coletivo (LOJKINE, 1997). Possuem a mesma dinâmica de constituição das periferias, por causa da precariedade e da carência de recursos, e mesclam “as feições da constituição do espaço produzido às histórias particulares de luta por uma moradia” (HEIDRICH et al., 2016, p. 241). Mas, aos poucos as comunidades vão conquistando melhorias que se configuram em integração à cidade, com calçamento, luz elétrica, abastecimento de água, aproximação de linhas de transporte urbano, escolas e postos de saúde. E no local, o viver junto vai constituindo vivência, relação de cada um com os outros, amizades, ajuda mútua e até desentendimentos vão transformando o espaço em lugar. Esse espaço, com sentimento de fazer parte, de estar vinculado aos outros, às casas e ruas, aos bichos e plantas confere o significado de apropriação, fazendo do lugar, também território (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996).

A ligação de uns com todos, uma coesão que se faz territorialidade por estar ligada ao espaço apropriado e ao compartilhamento do espaço-tempo traz ao contexto mais um aspecto muito próprio de se viver uma mesma geografia em conjunto: a compreensão de que os fatos e relações se tornam referentes de vida e memória compondo-se a identidade que se associa ao lugar. Mas, nesse mesmo espaço, se faz a relação com a cidade como uma parte desta. Por isso, não são apenas as vantagens das coisas conquistadas em si, como se fossem independentes das relações que elas vão estabelecendo. Se o local se integra ao espaço urbano, ganha também o valor a ele vinculado e feição de mercadoria que confere ao morador ocupante e possibilidade de negócio, muitas vezes utilizada como um recurso de reprodução social, como uma oportunidade econômica (BONDUKI; ROLNIK, 1979; HEIDRICH et al., 2016). Este fato fica emparelhado com a

prática comum das relações em mercado, de se ver o local como simples posse, isolada de seus significados e sentimentos, do que ali é vivido, traduzindo a compensação pelo desalojamento pela simples indenização, como vem sendo feito junto às comunidades da Ilha Grande dos Marinheiros e vilas Tio Zeca e Areia.

c) Os espaços de vivência

A Ilha Grande dos Marinheiros está localizada em direção ao sul do Estado, após a Ilha do Pavão, atravessando a ponte sobre o Canal Furado Grande para quem deixa a capital pela BR-116, pertencente ao município de Porto Alegre. É uma das dezesseis ilhas do Delta do Jacuí que compõem o bairro Arquipélago desta cidade. Apesar de localizar-se em uma área protegida, a Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí (APAEDJ) que possui em seu domínio o Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ), é a ilha mais povoada deste delta. A área povoada localiza-se na porção sudeste da ilha, a qual é dividida em dois lados – norte e sul – separados pela Rodovia Marechal Osório, possuindo duas ruas principais, além de vários becos. A população atingida pela obra está localizada no lado norte da área povoada, junto a margem direita do Canal Furado Grande, perfazendo uma área de cerca de 15 hectares (SOARES, 2018).

Na localidade todos se conhecem há muitos anos, mantendo laços de cooperação bastante fortes. Desde o início quando começaram a chegar as primeiras famílias na Ilha Grande dos Marinheiros, os moradores estavam lá para ajudar as recém-chegadas no que fosse preciso. Muitas dessas famílias que chegaram na Ilha dos Marinheiros foram levadas para a Ilha pela própria Prefeitura de Porto Alegre, vindos de outros pontos da cidade.

A grande maioria dos moradores está no local há muitos anos, têm muito apreço pelo lugar e não gostariam de sair dele.

Eu não vou pra casa e nem pra apartamento, o dia que eu for sair daqui eu quero sair pro cemitério. (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Figura 2 – Ilha Grande dos Marinheiros



Fonte: Soares (2018). Elaboração de Raí Nunes dos Santos

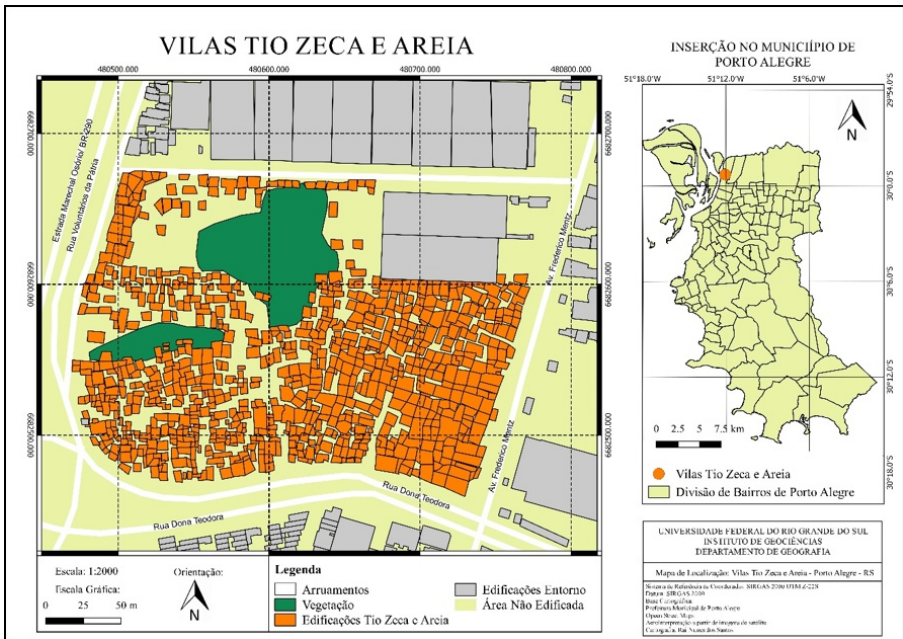
Há diferentes tipos de ocupações entre os moradores. Porém, aproximadamente 58% deles obtêm renda através da reciclagem de resíduos sólidos. A unidade de triagem de resíduos sólidos tem papel importante, tanto para a disseminação da política de coleta seletiva, quanto pela importância na geração de emprego e renda na Ilha dos Marinheiros. Na Ilha, além do galpão da associação há outras formas de reciclagem, tais como: os galpões particulares; catadores autônomos e famílias que reciclam em seu próprio pátio o lixo trazido de outros bairros da capital.

Mesmo considerando outras ocupações predomina entre eles uma renda não superior ao Salário Mínimo (R\$ 998,00 em 2019). Com o desalojamento a vida econômica das famílias fica bastante afetada, pois em maioria dependem da reciclagem de materiais sólidos no pátio de suas casas ou no Galpão de reciclagem do local. Ir para longe destitui deles a vantagem de localização em relação às fontes de busca desses materiais, nas áreas centrais da cidade.

Moro aqui há 32 anos e fui uma das fundadoras desse galpão de reciclagem [...] também trabalho no galpão de reciclagem...e a gente também se preocupa porque são pessoas que dependem desse trabalho [...] porque tem família. (Entrevista com moradora em 10/05/18).

As Vilas Tio Zeca e Areia estão localizadas na Cidade de Porto Alegre, onde suas extensões são circundadas pelas Avenidas Frederico Mentz (Leste) e Voluntários da Pátria (Oeste) e ainda com as Ruas Dona Teodora (Sul) e Rua 2001(Norte). Dentro de uma divisão por zona da cidade, localiza-se na Zona Norte da cidade de Porto Alegre, pertencendo ao bairro Farrapos (Figura 3).

Figura 3 – Vias Tio Zeca e Areia



Fonte: Santos (2016). Elaboração de Raí Nunes dos Santos

Conforme o relato dos mais antigos moradores e lideranças comunitárias as comunidades estão assentadas ali há quase 70 anos. Época em que naquela região havia pouca urbanização, sendo quase toda sua extensão uma área de campo, conectada a algumas áreas

industriais. Poucos são os registros de como se iniciou, mas muitas são as lembranças das conquistas, e da transformação que já se obteve no lugar. Por suas falas, demonstram certa frustração em relação aos serviços oferecidos pelo poder público em seu bairro. Não entendem a razão desse esquecimento, pois são moradores mais antigos e lamentam que os bairros ao redor (com ocupações mais recentes) ganharam maior atenção em relação a infraestruturas.

Se construir um prédio de quatro andares, vai existir saudade da Vila. Teremos lembranças, mas é isso que vai trazer melhorias. (Entrevista com morador em 22/05/16).

No caso das Vilas Tio Zeca e Areia, os moradores ao mesmo tempo que se identificam com esse território constituído acreditam que a obra de infraestrutura seja um momento de oportunidade de ganho de uma moradia digna. Essa constatação aparece nas falas dos próprios moradores, como a possibilidade de se conquistar uma casa digna, e as tão almejadas melhorias urbanas, mas essa possibilidade de ganho, fica em contraste com os sentimentos de afetividade ao lugar de moradia.

Para quem tem toda a vida aqui assentada, mudar, vai mudar toda a estrutura. Tudo muda. Ficar aqui ao redor é o melhor para todos. (Entrevista com morador em 27/05/2016).

Mas, ressaltamos que a mudança de moradia implica também na mudança das relações sociais com o espaço, com a vizinhança, com o trabalho, etc. Nesse sentido os moradores não gostariam de mudanças, afirmam que suas relações são “assentadas” nesse espaço, e o reassentamento traz consigo a mudança de local e na configuração espacial do lugar de moradia. Podemos notar que a forma de constituição da comunidade, por maiores dificuldades e adversidades que tenham, são importantes na constituição de vida desses moradores. São as relações mais diretas com esse espaço social que os moradores não gostariam de perder, mas que ao mesmo tempo, são suprimidas pelo discurso e a possibilidade de ganho de uma nova casa (material).

A cartografia em dupla face

Se nos perguntassem, como é o lugar em que vivemos? Como tentaríamos responder? Para isso, começamos a contar a história do lugar, elencamos um conjunto de aspectos que configuram esse espaço, e fazemos uso de representações, tanto a partir da linguagem, tanto a partir de imagens. Quando estamos visitando ou deixando um lugar que gostaríamos de memorizar ou ainda, de apresentar para outras pessoas, podemos recorrer a diferentes recursos, como fotografias, anotações, lembranças materiais, ou ainda a cartões postais. E para essas comunidades que terão seus lugares de vida modificados e fragmentados, como poderão fazer lembrança ou apresentar como era o lugar em que viviam?

Partimos do entendimento de que a cartografia pode representar a configuração espacial de uma determinada comunidade, de um pequeno mapa que pudessem ter consigo em caixa de lembranças. Como fazemos com fotos de família e cartões postais. Um objeto representativo e enunciativo do lugar que, de forma recorrente uma fotografia do lugar, um símbolo, um ponto de interesse.

Mas neste caso, não composto por uma imagem como nos formatos tradicionais, mas uma cartografia de dupla face, com ar marcações do espaço vivido, a partir daquilo que os próprios moradores enunciam como importante e a ser destacado. E para o verso, um extrato de enunciados proferidos por eles em diálogos de grupo. Neste verso, então, a cartografia falada.

a) *A elaboração*

A metodologia de trabalho esteve baseada na realização de conversas sobre as histórias de vida dos moradores, suas trajetórias

4. Pode-se entender como o conjunto de técnicas e “procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem [...] para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos” (HEIDRICH, 2016, p. 22), os quais muitas vezes são gerados ali mesmo em oralidade. Ver também os trabalhos de Michael Angrosino, *Etnografia e observação participante*, 2009 e Uwe Flick, *Introdução à pesquisa qualitativa*, 2009.

até a chegada ao lugar, estabelecimento da moradia, trabalho e convivência. Configurou-se em uma abordagem qualitativa⁴, buscando-se registrar a ligação das coisas do lugar, do que foi vivido e construído, com seus significados e expressões de sentimentos e compreender o que os moradores visualizam como seu e o que é visto por eles como próprio do lugar e comum à vida das pessoas.

Os registros consistem em anotações de falas e suas vinculações ao lugar. A partir deles as marcações sugeridas são cartografadas em duas versões: uma primeira, tomada a partir de uma imagem vertical do local, indica o aspecto material dos objetos, percursos, práticas e lugares e uma segunda, textual, reportada a compreensões coletivas, comunitárias, da vida no lugar. Para realização do trabalho, os diálogos com os moradores aconteceram em duas reuniões⁵ com cada comunidade.

No primeiro encontro foi realizada uma roda de conversa com os moradores, mediada com perguntas com o interesse em abordar aspectos da vida em geral, do cotidiano e da habitação do lugar. Para o registro das manifestações adotamos a gravação dos diálogos, acompanhadas de anotações sobre aspectos recorrentes e que se expressavam como vínculos constituídos com as localidades⁶, os quais permitiram mais facilmente selecionar expressões de sentido coletivo.

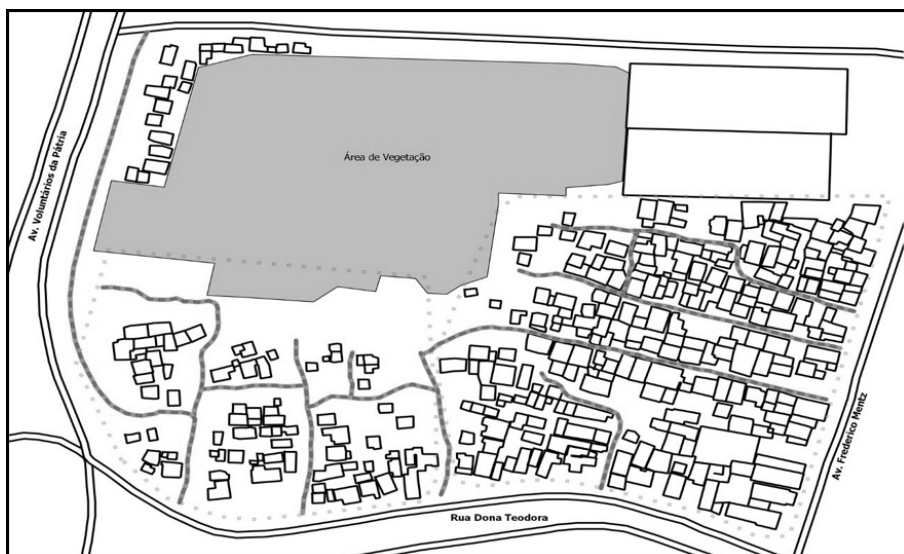
No segundo encontro foi levada uma imagem de satélite impressa até a comunidade, adquirida junto ao provedor Google Earth. Com ela os moradores puderam reconhecer seu espaço de vivência, assim como o seu lugar na cidade. Configurou-se numa atividade enriquecida por conversas, lembranças de fatos, lugares e identificações, com expressiva interação entre os participantes.

5. As atividades foram realizadas com intermediação do Instituto Fidedigna e estavam vinculadas ao cadastramento socioeconômico para a construção da segunda ponde do Guaíba.

6. Manifestações de apropriação de lugar, de atitudes de valorização e de identidade. Ver a compreensão teórica sobre vínculos territoriais em Álvaro Heidrich, *Vínculos territoriais: discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais* (2017).

Marcações importantes foram feitas mediante bastante diálogo, contestações e acertos para o reconhecimento de pontos em comum. Complementarmente, foi fornecido um croqui de sua localidade para cada participante da reunião. A partir do reconhecimento da imagem viabilizou-se o trabalho em formato de mapa (Figura 4), no qual individualmente foram anotados pontos importantes, como as suas casas, lugares de lazer, lugares de encontro e indicados aqueles de relevância comunitária.

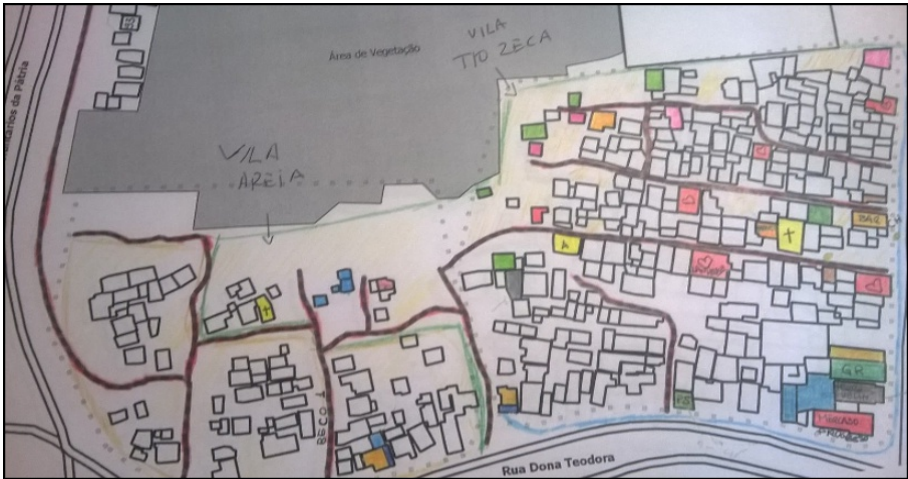
Figura 4 – Croqui utilizado na oficina com moradores das Vilas Tio Zeca e Areia



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2014.

Após a realização dos encontros obteve-se o seguinte conjunto de produtos para cada comunidade: áudios das oficinas, anotações em diário de campo, imagem de satélite com as marcações realizadas coletivamente e folhas A4 com o croqui da localidade, com marcações de cada morador participante. Foram estes os dados utilizados para a construção dos postais representativos do espaço social dessas comunidades (Figura 5).

Figura 5 – Agrupamento das marcações realizadas pelos moradores



Fonte: acervo pessoal dos autores (2014).

Essa metodologia fundamenta-se no conceito de espaço social proposto por Henri Lefebvre (2013), como produto dialético de três dimensões: o espaço concebido, o percebido e o vivido. O concebido é a imagem dominante, pelo que se designa institucionalmente o espaço; o percebido é imagem subjetiva e individual do que se vive, e o vivido é o que é praticado e articulado em grupo e sofre a manifestação das outras duas dimensões.

A cartografia do espaço vivido, que busca enfatizar a dimensão desse aspecto não será, portanto, isolada, mas uma representação do espaço social, em diálogo com as demais dimensões com ênfase no que se vive por meio das práticas espaciais. Trata-se de uma produção dialética, tendo em vista de que não se separam, são dimensões que se afetam, se provocam.

b) Representações e cartografia

Deter o controle, ou ainda, o poder de representar determinado espaço é também uma forma de dominação sobre o mesmo, podendo criar símbolos, signos e imagens que representam este espaço para legitimar determinadas ações. Com isso tem-se a

ideia de que a representação do espaço por cartografias é uma forma de escolher o que deve ser mostrado e o que não. Isso, podemos observar quando da apresentação do projeto da segunda ponte do Guaíba, em que é dado destaque para as novas configurações espaciais a partir da obra de infraestrutura.

Essas representações são intencionais e influenciam a produção de sentido por aqueles que não conhecem o lugar. Essa forma de dominar o espaço, a partir de representações, implica na reprodução da dominação do espaço. Vale ressaltar que a representação do espaço está associada à capacidade de produzir o espaço, conforme a tríade: representação do espaço, espaço de representação e espaço vivido (LEFEBVRE, 2013). Por meio da representação, de um espaço concebido impregnado de intencionalidades, produz-se a dominação desejada daquele espaço. Essa representação não corresponde exatamente ao que se vive cotidianamente, permanecendo oculta, embora atuante. Por ser representação, ideia, anula existências, seleciona realidades. Ela dificilmente corresponde à apropriação do espaço quando reproduz sistematicamente as relações impessoais, a reprodução econômica dominante e as verticalidades (SANTOS, 1996). Quase sempre em tensão com a dominação, a apropriação pode se realizar também pelos mapas.

A cartografia é de praxe um instrumento de dominação do espaço (ACSELRAD; COLI, 2008), e por estar mais próxima de um discurso e divulgação oficial sem consulta aos que vivem, compõe a geografia que está sendo representada, se aproxima muito a interpretação de espaço concebido. Quando se realiza uma cartografia, são escolhidos os elementos a serem representados no mapa, e quando isso é feito de maneira dirigida reflete o ponto de vista daquele que a concebe, da instituição ou do segmento social que representa.

Dessa forma, quando estamos representando uma comunidade ou espaço, é muito importante que a cartografia seja realizada em conjunto, ouvindo e grafando aquilo que os moradores do lugar apresentam como importante, aquilo que eles reconhecem, as suas

práticas territoriais. Dessa forma é uma cartografia participativa, que pode ser chamada de social⁷, no sentido de que dá voz para os atores daquele espaço a ser representado.

c) A cartografia no postal

Invenção moderna, surgida entre os séculos XIX e XX, o cartão postal possibilitou realizar duas junções no campo da comunicação: imagem e texto, informação pública e mensagem particular (SOTILO, 2008). Foi adotada por serviços postais de muitos países e objeto comercializado para viabilizar a rapidez da comunicação e emitir mensagens publicitárias. Tornou-se um tipo especial de memória e de comunicação, souvenir e representação de lugares. Podemos ver os cartões postais como a partir da ideia de Anette Pritchard e Nigel Morgan (2003) de que estes são um rico reservatório cultural de percepções populares de povos e lugares. Nesse sentido, os postais são representações, escolhidas e intencionais, para dar uma cara, ou seja, uma representação aos lugares/cidades.

Ao extrapolarmos o pensamento, quando associamos a cidade de Paris, na França, o cartão postal mais difundido será a Torre Eiffel, no Rio de Janeiro, o Cristo Redentor, em Porto Alegre, a Usina do Gasômetro ou a Estátua do Laçador. Monumentos funcionam como marcador territorial e transfiguram-se em iconografias. Vinculam imagem selecionada a um descritor. Essas escolhas são intencionais e sobretudo despertadas por um imaginário sobre os lugares, sendo também um discurso social e cultural para fazer referências ao espaço em voga. Fazem-se, desse modo, memória e referência para uma sociedade, um lugar, enfim, um espaço-tempo.

Mas, se pensarmos em comunidades, ocupações, ou até em bairros periféricos, estes estão nos cartões-postais? Por muitas vezes essas comunidades nem nas cartografias aparecem. Esquecer, relegar também é escolha, intencionalidade. A estratégia de visibilizar e dar

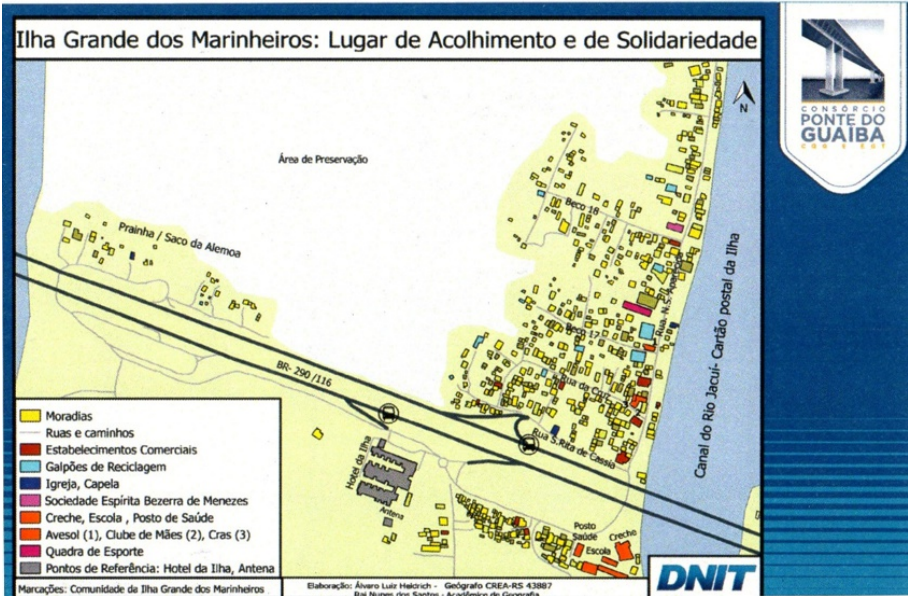
7. Ver a discussão sobre a questão em Alfredo Wagner Berno de Almeida, *Mapas e museus: uma nova cartografia social*, 2018.

destaque apenas ao que é concebido pelos poderes hegemônicos é uma estratégia para marketing da cidade, de mostrar apenas o que é interessante ser visto para quem é de fora, ou ainda, para construir uma representação única do espaço.

Como expõe Paulo Cesar da Costa Gomes (2013), os lugares podem ser de visibilidade e de invisibilidade. No caso da segunda ponte do Guaíba, essa visibilidade se dá ao projeto, as melhorias de infraestrutura e da diminuição do tempo médio da travessia. Já o que está na invisibilidade, está, portanto, escondido. E, se não se revela o valor que possui, traduz-se como custo social para as comunidades que sofrem desterritorialização a partir da obra. Por mais que se evidencie também o acesso à moradia por meio de reassentamentos ou indenização, as práticas territoriais do lugar desaparecem, não se recompõem no futuro imediato, precisam ser reterritorializadas, reinventadas.

Na Ilha Grande dos Marinheiros o cotidiano é bastante marcado por ser um espaço de ocupação urbana junto ao Delta, a áreas verdes, sem uso econômico. Apesar de bastante próxima da densa malha urbana da capital – acerca de 13 km do centro histórico – o local tem aparência de bairro afastado, no limite entre o urbano e o rural. As moradias contam com pátio, criação de animais e, muitas vezes, hortas. A relação com o rio também é significativa por estarem sujeitos a cheias e a atividade de pesca realizada por alguns moradores. A perda desse cotidiano é grande, difícil de se recompor (Figuras 6A e 6B).

Figura 6 – Cartão postal da Ilha Grande dos Marinheiros
A – Anverso



B - verso

Ilha Grande dos Marinheiros
Lugar de Acolhimento e Solidariedade.

Os mais antigos lembram que quando chegaram à ilha tudo o que havia estava em meio à natureza; não se tinha estrada nem eletricidade. Habitavam o lugar cerca de 350 moradores, pescadores e capineiros. Muito poucos trabalhavam na cidade, carro ali não passava. Vivia-se do rio, como meio de locomoção e de sobrevivência pela pesca. A estrada e a escola pequena do lado do rio foram implantadas pelos moradores.

Com a construção da ponte (1945) aos poucos foram chegando mais moradores. Com a instalação da Cia. de Petróleo Ipiranga, vieram trabalhadores. Mas o transporte era precário. Nesse tempo, a carroça era um bom meio de sair e chegar nas ilhas. Mais adiante, com a criação do Parque Estadual do Delta do Jacuí (1976) impediu-se a permanência de empresas, mas ficaram os moradores que, até os anos 1980, eram em maioria ribeirinhos e pescadores. Também já houve muita criação de porcos, e, atualmente, predomina a atividade de reciclagem de resíduos.

Os moradores, permanecendo nesse lugar, foram conquistando, aos poucos e com poucos recursos, as melhorias que se têm hoje, como a Associação de Moradores, o Clube de Mães, a Creche e algo muito especial, que é a Escola Estadual Avaranga Peixoto. Como dizem, "tudo o que vivermos passa pela escola". Ali se discutem os problemas e se alcançam as soluções.

Na Ilha Grande dos Marinheiros há trabalho ou se está perto dele. Há mercado, escola, creche, convívio entre vizinhos, festas e esportes. Para seus moradores, o lugar que passou a existir por causa da vida das pessoas, não poderia ser desmanchado. Eles falam que na ilha não se tem vergonha de falar e mostrar o que se é. Dizem: "Quem é ilhéu deve ficar aqui. Temos orgulho de sermos do arquipélago". Pois, além de tudo que construíram, o lugar está junto ao Rio...

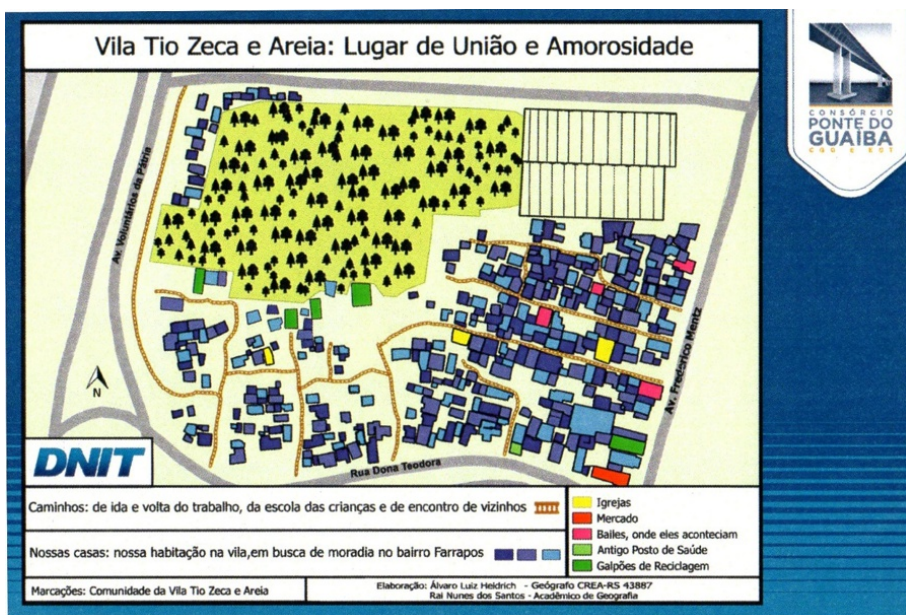
Comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros
Encontro realizado em 13 de junho de 2014.



Fonte: Consórcio Ponte do Guaíba

As comunidades das Vilas Tio Zeca e Areia habitam uma área de urbanização bastante consolidada. Para os moradores a construção da ponte e o reassentamento figura como possibilidade de acesso a moradia digna, nessas vilas a infraestrutura é muito deficitária. O impacto maior de uma remoção e reassentamento, que esperam poder evitar é a distância do local de reassentamento. Junto ao bairro Farrapos, localizam-se a cerca de 7 km do centro histórico da cidade, praticamente em linha reta, área fonte de coleta de recicláveis, ocupação da maior parte dos trabalhadores de ambas as vilas. Também lhes causam preocupação a possibilidade de não se manterem os laços de vizinhança hoje existentes entre eles (Figuras 7A e 7B).

Figura 7 – Cartão postal das vilas Tio Zeca e Areia
A - Anverso



B - verso

O Lugar: Vila Tio Zeca e Areia
Lugar de União e Amorosidade.

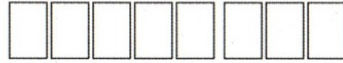
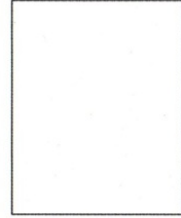
Como contam os moradores, a Vila Tio Zeca é um espaço ocupado há mais de 60 anos. Surgiu como todas as vilas, em função da falta de moradia e propagação da miséria. Antes das ocupações, que foram se formando, era apenas uma granja de arroz. Lugar em que se criaram filhos e netos, dos quais muitos residem na própria vila ou outras que se formaram no bairro Farrapos.

Dizem que se "o lugar não é bonito, é de um povo bonito". Todos se ajudam. Pode-se nem mesmo saber o nome, mas se sabe como a pessoa vive. Por isso, o que simboliza o nome "Tio Zeca", para eles (as), é esperança. Todos os moradores têm o mesmo desejo, de possuir um endereço, pois sem ele não "existimos" e de poderem ter uma moradia melhor.

O lugar fica perto do trabalho de cada um e já se conquistou muita melhoria. Não se nega que houve bastante sofrimento por falta de água, eletricidade e enchentes. Crianças e jovens sem espaço para brincar ou jogar bola, nem mesmo calçada junto à vila. Houve tempo em que se "puxava" água com mangueira e eletricidade por "gatos". Hoje já se têm asfalto, transporte público, o dique da Free-way que protege o lugar das cheias do rio...

A Vila Tio Zeca e Areia é parte da Vila Farrapos, atual Bairro Farrapos, lugar de gente simples e povo trabalhador. É lugar de sua comunidade permanecer, com melhorias urbanas para se viver com dignidade. Este é o sentimento de pertencimento de seus moradores, que se expressa por sua identidade, consciência da condição social que compartilham, como falam as suas próprias manifestações: "Nossos filhos nasceram aqui, devem ficar aqui"; "A situação que nos obriga a estar na vila"; "Luto por essa minha periferia"

Comunidade da Vila Tio Zeca e Areia
Encontro realizado em 5 de junho de 2014.



Fonte: Consórcio Ponte do Guaíba

Para cartografar adiante

Os procedimentos realizados para a elaboração dos cartões tiveram a intenção de subverter as representações hegemônicas do espaço. Com a redundância da palavra, mas, com a produção de um sentido real do que são, a cartografia evidencia a cartografia – do espaço vivido –, posto que foi elaborada com a participação dos que habitam, modificam e produzem o espaço em representação. Constituiu-se em movimento para deixar com os moradores o registro de suas relações com o lugar.

O que ocorre com as duas comunidades é acontecimento comum, repetido seguidamente, que afeta principalmente as populações simples (MARTINS, 2008), com trajetórias migrantes em busca de sobrevivência nas cidades. Nos lugares de concentração de pessoas, recursos, oportunidades. Elas, as cidades, ao mesmo tempo que ofertam tudo isso, não facilitam o seu alcance. E no alcance indesejado, não coadunado com seu projeto, costuma destruir,

desmantelar, substituir, ajustar, rever, planificar.

Um grande problema disso é jogar fora a memória do acontecimento, impedir que se componha história. Normalmente rejeitando a vida simples e elegendo o que é bem constituído, bem elaborado, como se seus personagens nada tivessem se envolvido com a construção do que se elabora em conjunto.

Quando se busca preservar (e definir) patrimônio, o que se quer dar valor e ter em memória oficial, pauta-se pela seleção de fatos e objetos lembrados, que ganharam espaço e resistiram às intempéries. Pouco se guarda o que foi apagado. Salvo os monumentos levantados, os memoriais promovidos pelos estados.

Aqueles eventos e lugares próprios das populações simples são deles mesmos. Não se elevam em interesse geral. Por que não os guardar? Por que não ter maquetes daqueles cotidianos junto à “obra” da ponte? Por que não levantar o que de fato é da sociedade inteira? Pois a ponte, além de implante para produzir fluidez territorial (ARROYO, 2018), é também materialização de deslugarização (RELPH, 1976).

O movimento de elaboração do cartão postal reporta-se a isso, diz respeito ao lugar, espaço vivido. Faz-se lugar de memória. Busca, em nosso entendimento, manter cativo o tempo vivido.

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que nos torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

A cartografia elaborada ganha o desenho de um movimento invertido, pois em vez de projetar o futuro, o território em intenção, em apropriação para a permanência, faz projeção do espaço a ser desfeito. Fica como olhar para o vivido, em meio à tempestade dos fatos, tal como o anjo da história de Walter Benjamin (2013). Por isso, a cartografia objetiva e subjetiva, tematizada pelo elegido

comunitário, ganha também a função de conferir a suas comunidades certo sentido de permanência e, para a sociedade, o de documento. Se o passado é nosso, que seja referência de uma vida completa.

Referências

- ACSELRAD, H. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis R. “Disputas cartográficas e disputas territoriais” In: ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 13-43.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ALMEIDA, A. B. A. “Mapas e museus: uma nova cartografia social”. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 70, n. 4, Oct./Dec. 2018. DOI: 10.21800/2317-66602018000400016
- ARROYO, M. “A circulação da mercadoria na redefinição dos usos do território”. **Revista da Casa da Geografia**, Sobral, v. 20, p. 133-143, maio 2018.
- BENJAMIN, W. **O anjo da história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979, p. 117-154.
- BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières ET identités. In: **Géographie et Cultures**, Paris: L’Harmattan, n. 20, p. 7-18, 1996.
- BRANDÃO, C. R.; LEAL, A. “Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir”. **Revista da ANPEGE**, n. 9, p. 73-91, jan-jul. 2012.
- CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. “Indigenous People, Traditional People, and Conservation in the Amazon”, **Daedalus. Journal of the American Academy of Arts and Sciences**, v. 129, n. 2, p. 315-338, 2000.
- DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L’espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 1979.
- GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da**

- visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HEIDRICH, A. L. “Fases antagônicas da segregação espacial na cidade de Porto Alegre. **Revista Geográfica de América Central**, v.47E, p.1 - 15, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2655>.
- HEIDRICH, A. L. “Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade” In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C.L. Z. (Orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Letra 1, 2016, v.1, p. 15-33. DOI: 10.21826/9788563800220.
- HEIDRICH, A. L. “Vínculos territoriais: discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais”. In: **Geographia (UFF)**, v.19, p. 29-40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i39>.
- HEIDRICH, A. L. et al. “A ocupação irregular como estratégia de conquista da cidade. Enfoque sobre os aspectos territoriais do problema em Porto Alegre. In: **Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010)**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 229-258. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21826/9788563800206p229-258>.
- HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- HENRIQUES, I. C. Território e Identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c.1872-c1926). **Sumário pormenorizado**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, p. 1-27.
- JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo Martins Fontes 1997.
- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORAES, A. de O. **Da irregularidade fundiária**. Porto Alegre: DEMHAB, 1999.
- NORA, P. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Revista do**

- Programa de Estudos Pós-graduados de História**, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, L. de. “O sentido de lugar”. In: MARANDOLA Jr., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. de. (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 3-16.
- PRITCHARD, A.; MORGAN, N. Mythic geographies of representation and identity: contemporary postcards of wales. **Tourism and Cultural Change**, v. 1, n. 2, p. 111-130, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14766820308668163>
- RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, R. N. **Territórios em transição: mudanças territoriais nas comunidades das Vilas Tio Zeca e Areia frente à construção da segunda ponte do Guaíba, no município de Porto Alegre, RS**. (Monografia de conclusão de curso) - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- SANTOS, R. N. **Territórios discursivos: discursos sobre a Vila Dique e suas aplicações para o entendimento do território**. (Dissertação de mestrado) - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- SOARES, L. R. **Perspectivas de reassentamento e impactos à população atingida pela construção da nova ponte do Guaíba em Porto Alegre/RS**. (Monografia de conclusão de curso) - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- SOTILO, C. P. “Fragmentos de memória. O cartão-postal: a febre e o fascínio no início do século XX”. In: **VI CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, 2008, Niterói. História da Mídia - 200 anos de mídia no Brasil - Historiografia e Tendências, 2008